

Município de Jundiaí - SP

Diagnóstico avaliando o desempenho do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) do Município de Jundiaí frente aos 27 municípios brasileiros com população entre 300 mil e 400 mil habitantes.

S U M Á R I O

1 — Introdução	3
2 — Resultados Regionais	5
3 — Estados – Maiores Arrecadações	6
4 — Arrecadação do ICMS nos Municípios com População Acima de 300 Mil Habitantes	8
5 — Receitas Correntes	11
6 — Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).....	12
7 — Transferências Correntes e Arrecadação do ICMS	13
8 — ICMS <i>per capita</i>	15
9 — Ranking Nacional 2010.....	16
10 — Conclusão	18
11 — Notas Metodológicas	20
12 — Anexos.....	22

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ – SP

1 — Introdução

A recuperação econômica, alicerçada no mercado doméstico, no aumento do emprego formal e da renda do trabalho e na expansão do crédito ao consumo, fez com que os repasses do ICMS aos municípios do Brasil, em termos reais, crescesse 12,4%, ritmo superior aos 7,5% observados no PIB.

Os municípios brasileiros receberam, em 2010, R\$ 67,7 bilhões transferidos dos estados via quota-parte do ICMS, o maior patamar de repasses dos últimos cinco anos, o que representa 12,4% acima do valor observado em 2009, descontada a inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Em termos de volume de recursos, isso representou uma entrada adicional de R\$ 7,4 bilhões nos cofres das prefeituras.

Tabela 1 – PIB Brasileiro e ICMS Transferido aos Municípios Brasileiros – Período: 2006-2010

Ano	PIB e ICMS		Part. Relativa (b/a)
	PIB Brasil (a)	ICMS Municípios Brasil (b)	
2006	3.152.551.910,3	51.905.394,8	1,6%
2007	3.344.586.793,4	54.487.603,9	1,6%
2008	3.517.555.358,2	62.134.693,8	1,8%
2009	3.505.957.009,8	60.234.945,1	1,7%
2010	3.770.084.872,0	67.683.117,8	1,8%

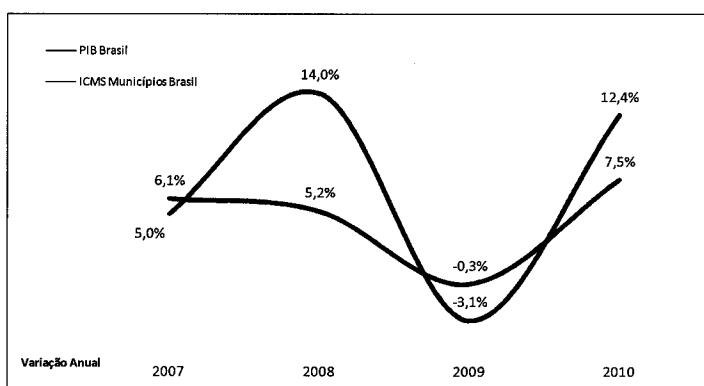
Valores em R\$ Mil Constantes – dez./2010

Deflator: IPCA (IBGE)

Fonte: Banco Central/CONFAZ/COTEPE

A rápida recuperação da economia em relação à crise mundial que impactou o Brasil no final de 2008 e no primeiro semestre de 2009 foi decisiva para a arrecadação recorde do ICMS. A participação da quota-parte do ICMS municipal no Produto Interno Bruto (PIB), que tinha caído de 1,8% para 1,7% entre 2008 e 2009, voltou

para 1,8% em 2010. A baixa vulnerabilidade externa do país, produto do elevado patamar de reservas internacionais, impediu um contágio mais prolongado da crise e, combinada com o ciclo de crédito, o papel ativo dos bancos públicos, a formalização da força de trabalho, a política de elevação real do salário mínimo e as medidas de incentivo fiscal ao consumo, permitiu a rápida recuperação do crescimento do PIB em 2010, centrada agora no dinamismo do mercado doméstico.



Os setores mais favorecidos pela retomada foram a indústria extractiva mineral e de transformação e a construção civil, do lado da oferta. A formação bruta de capital fixo (investimentos), o

consumo doméstico e as importações lideraram do lado da demanda. Entretanto, esse cenário extremamente favorável em 2010 para a arrecadação do ICMS, perdeu ímpeto. A inflação voltou a incomodar ao longo do primeiro semestre de 2011, fazendo com que o Banco Central tomasse as chamadas medidas macroprudenciais de restrição ao crédito e apertasse a política monetária, elevando a taxa de juros básica (SELIC). Nesse contexto, há perspectiva de que em 2012 o PIB reduza o crescimento, fato esse que diminuirá consideravelmente a taxa real de expansão da arrecadação do ICMS.

2 — Resultados Regionais

Graças ao comportamento positivo da atividade econômica em 2010, todas as regiões do país apresentaram resultado favorável nas transferências da quota-partes do ICMS. O Norte destacou-se com a maior expansão real (15,1%, correspondentes a R\$ 509,3 milhões de acréscimo do ICMS aos cofres dos municípios da região).

A Região Nordeste avançou 14,8%, o que em valores absolutos representou R\$ 1,3 bilhão a mais para os cofres municipais.

As Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, ficaram em terceiro, quarto e quinto lugares, respectivamente, com aumentos de 12,3%, 11,6% e 8,2%.

Tabela 2 – Transferência do ICMS por Região – Período: 2006-2010

Região/Ano	Transferência do ICMS para os Municípios		
	2009	2010	Variação 2009-2010
NORTE	3.368.722,1	3.878.073,3	15,1%
NORDESTE	8.900.102,5	10.217.602,5	14,8%
SUDESTE	33.268.948,5	37.367.768,0	12,3%
SUL	9.440.561,2	10.532.490,3	11,6%
CENTRO-OESTE	5.256.610,8	5.687.183,8	8,2%
TOTAL	60.234.945,1	67.683.117,8	12,4%

Valores em R\$ Mil Constantes – dez./2010

Deflator: IPCA (IBGE)

Fonte: Banco Central/CONFAZ/COTEPE

A Região Sudeste, ainda que tenha ficado na terceira posição, na comparação de crescimento do ICMS nos dois últimos exercícios, foi a que mais recursos transferiu aos seus municípios. Entre 2009 e 2010 foram R\$ 4,1 bilhões equivalendo a 55,0% dos R\$ 7,4 bilhões que totalizam as cinco regiões geográficas.

Quando o período é comparado em sua totalidade, a Região Sudeste continua se destacando. O aumento foi de 30,8%, superada apenas pela Região Norte, mas o repasse absoluto de recursos foi muito maior. Entre 2006 e 2010 foram transferidos R\$ 8,8 bilhões, valor que correspondeu a 55,8% do total transferido que chegou aos R\$ 15,8 bilhões.

3 — Estados – Maiores Arrecadações

O ICMS do Estado de São Paulo representou 34,1% do total recolhido nos estados. Os dados são do Conselho Nacional (CONFAN). Em 2010, o Estado Paulista arrecadou R\$ 92,3 bilhões, valor 11,9% acima do registrado no ano anterior. O desempenho de São Paulo tem sido próximo da média dos demais estados do país, com taxa de 12,4% no mesmo período. Em 2009, ano de crise mundial, a fazenda estadual de São Paulo divulgou uma baixa de 1,8% no seu ICMS, enquanto o recuo médio foi de 3,1%.

O segundo estado em poder de arrecadação do imposto também é da Região Sudeste. Minas Gerais assistiu o volume de recursos crescer 15,8%, passando de R\$ 23,5 bilhões em 2009 para R\$ 27,2 bilhões em 2010. Com isso sua representatividade no total arrecadado no Brasil chegou aos 10,0% no final do último exercício analisado.

Rio de Janeiro segue na terceira posição com R\$ 23,0 bilhões arrecadados, o que representou 8,5% do total. Em relação ao ano de 2009, quando foram arrecadados R\$ 20,1 bilhões, o aumento foi de 14,6%.

Tabela 3 – ICMS Estadual – Maiores Arrecadações – Período: 2006-2010

ESTADO/ANO	2006	2007	2008	2009	2010
SÃO PAULO	69.732.774,3	73.574.551,5	84.086.133,4	82.531.469,6	92.316.759,0
MINAS GERAIS	20.535.516,9	22.509.541,4	25.576.006,2	23.474.964,4	27.187.513,0
RIO DE JANEIRO	17.865.022,6	18.245.994,0	19.650.033,1	20.062.772,9	23.001.955,0
RIO GRANDE DO SUL	14.254.996,6	14.271.554,9	16.333.386,4	15.846.896,2	17.893.313,0
OUTROS ESTADOS	85.233.268,6	89.348.773,9	102.893.216,1	99.023.677,4	110.332.931,0
TOTAL	207.621.579,0	217.950.415,7	248.538.775,3	240.939.780,5	270.732.471,0

Valores em R\$ Mil Constantes – dez./2010

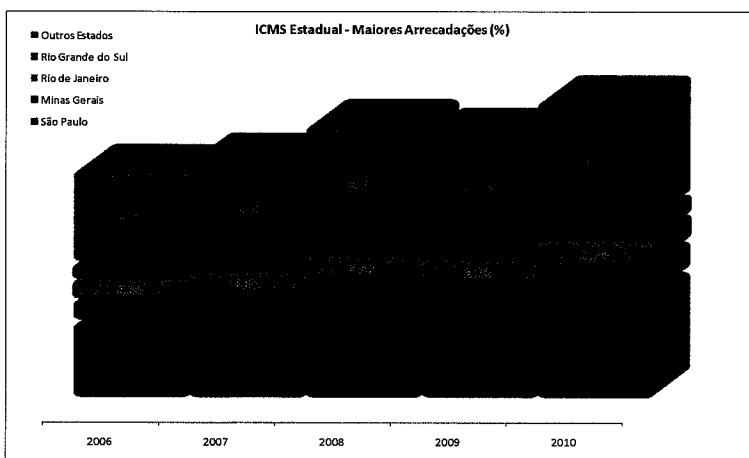
Deflator: IPCA (IBGE)

Fonte: Banco Central/CONFAN/COTEPE

O Estado do Acre foi o que mais avançou no ano de 2010. Os R\$ 581,4 milhões superaram os R\$ 451,0 milhões de 2009 em 29,0%, o que em valores absolutos representou R\$ 130,6 milhões. Apesar do crescimento acelerado a arrecadação do estado tem pouca representação ante o total geral: apenas 0,2% no final de 2010.

O exercício de 2009, marcado pela forte crise que se abateu sobre a economia e, consequentemente sobre as finanças municipais, derrubando a arrecadação do ICMS em 3,1%. Com isso deixaram de entrar para os cofres públicos R\$ 7,6 bilhões.

Dos 26 estados, mais o Distrito Federal, apenas 10 registraram recuo na arrecadação do imposto. Isso foi suficiente para derrubar o volume de recursos advindos do ICMS, uma vez que a crise, que foi na área econômica, atingiu os estados que mais produzem, entre eles o maior – São Paulo – que perdeu R\$ 1,5 bilhão, representando 20,5% das perdas totais.



Mato Grosso do Sul e Minas Gerais também acusaram perdas significativas. Enquanto o primeiro estado assistiu o volume de ICMS recuar R\$ 3,6 bilhões (44,5%) o segundo perdeu 8,2% ou

o equivalente a R\$ 2,1 bilhões em valores absolutos.

Dessa forma a soma das perdas dos três estados, R\$ 7,2 bilhões, representou 95,5% do total que deixou de ser arrecadado naquele exercício.

4 — Arrecadação do ICMS nos Municípios com População Acima de 300 Mil Habitantes

No período analisado por este diagnóstico (2006-2010) o Brasil possuía 27 municípios com população entre 300 mil e 400 mil habitantes. Eles estavam espalhados por 13 estados, sendo São Paulo o possui dor de 9 das 27 cidades.

Tabela 4 – Brasil – Municípios com População entre 300 mil e 400 mil Habitantes – 2010

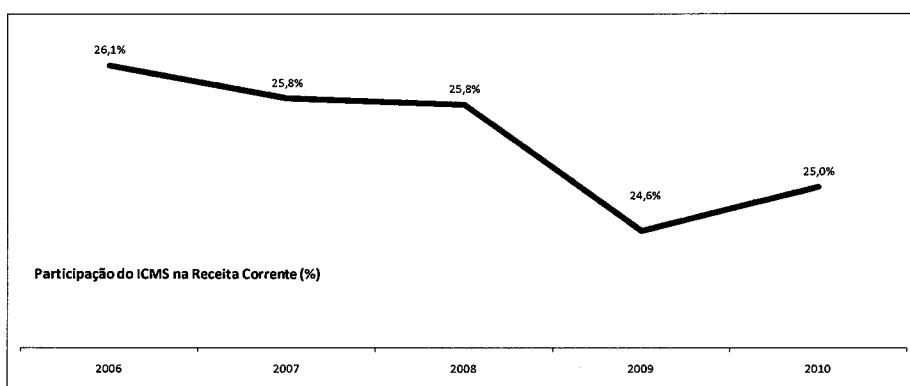
MUNICÍPIOS	ESTADOS	POPULAÇÃO 2010	RANKING 2010
ANÁPOLIS	GO	334.613	15
BAURU	SP	343.937	13
BETIM	MG	378.089	5
BLUMENAU	SC	309.011	25
CAMPINA GRANDE	PB	385.213	4
CANOAS	RS	323.827	20
CARAPICUÍBA	SP	369.584	8
CARIACICA	ES	348.738	12
CARUARU	PE	314.912	23
CAUCAIA	CE	325.441	19
DIADEMA	SP	386.089	3
FRANCA	SP	318.640	22
ITAQUAQUECETUBA	SP	321.770	21
JUNDIAÍ	SP	370.126	7
MACAPÁ	AP	398.204	1
MARINGÁ	PR	357.077	11
MOGI DAS CRUZES	SP	387.779	2
MONTES CLAROS	MG	361.915	10
OLINDA	PE	377.779	6
PAULISTA	PE	300.466	27
PELOTAS	RS	328.275	17
PIRACICABA	SP	364.571	9
PONTA GROSSA	PR	311.611	24
RIO BRANCO	AC	336.038	14
SÃO VICENTE	SP	332.445	16
VITÓRIA	ES	327.801	18
VITÓRIA DA CONQUISTA	BA	306.866	26
TOTAL		9.320.817	..

Fonte: IBGE

.. Não se aplica dado numérico

O IMCS arrecadado por esses municípios atingiu R\$ 3,6 bilhões, depois de crescer 11,9% em 2010. Quando a análise envolve o período como um todo o crescimento chegou a 33,3%, uma vez que em 2006 foram transferidos aos cofres municipais R\$ 2,7 bilhões.

Em 2010, o peso do ICMS no total da receita corrente dos vinte e sete municípios subiu para 25,0%. Essa participação voltou aos mesmos patamares de 2007 e 2008,



mas ainda manteve-se abaixo do nível observado em 2006 (26,1%).

Historicamente, os municípios possuidores dos setores secundário e terciário da economia com maior dinamismo, têm maior dependência da arrecadação do ICMS. Dessa forma, em 2010 o município onde as transferências do ICMS tiveram maior participação na geração de receitas correntes foi Betim em Minas Gerais, com 57,1%, seguido por Diadema em São Paulo com 34,1%. Na outra ponta da tabela estão os municípios que menos dependem da arrecadação do imposto para geração de receitas: São Vicente em São Paulo com 11,0% e Vitória da Conquista na Bahia com 11,5%.

O Município de Jundiaí, no Estado de São Paulo, ocupa posição de destaque nessa lista de cidades. Em 2010 ele possuía uma população de 370.126 habitantes, a 7ª maior entre os 27 municípios da sua faixa demográfica. A receita corrente atingiu naquele exercício o montante de R\$ 1,1 bilhão e foi a 3ª maior, superada apenas pelas cidades de Vitória da Conquista (BA) e Betim (MG).

Tabela 5 – Brasil – Municípios com População entre 300 mil e 400 mil Habitantes – Participação do ICMS na Receita Corrente – 2010

Município – Estado	% de Participação do ICMS na Receita Corrente – 2010	Ranking 2010
ANÁPOLIS - GO	23,7%	7
BAURU - SP	20,9%	11
BETIM - MG	57,1%	1
BLUMENAU - SC	19,9%	15
CAMPINA GRANDE - PB	20,6%	14
CANOAS - RS	28,4%	5
CARAPICUÍBA - SP	23,5%	8
CARIACICA - ES	19,1%	16
CARUARU - PE	17,3%	18
CAUCAIA - CE	14,7%	22
DIADEMA - SP	34,1%	2
FRANCA - SP	21,8%	9
ITAQUAQUECETUBA - SP	20,8%	12
JUNDIAÍ - SP	31,1%	4
MACAPÁ - AP	16,2%	20
MARINGÁ - PR	12,3%	25
MOGI DAS CRUZES - SP	20,8%	13
MONTES CLAROS - MG	13,0%	24
OLINDA - PE	17,3%	17
PAULISTA - PE	16,5%	19
PELOTAS - RS	14,1%	23
PIRACICABA - SP	27,3%	6
PONTA GROSSA - PR	21,7%	10
RIO BRANCO - AC	16,1%	21
SÃO VICENTE - SP	11,0%	27
VITÓRIA - ES	33,3%	3
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA	11,5%	26
TOTAL (MÉDIA)	25,0%	..

Fonte: Banco Central/CONFAZ/COTEPE

.. Não se aplica dado numérico

Diante disso o diagnóstico passa a tratar do comportamento das receitas que sofrem influência direta da arrecadação do ICMS na Cidade de Jundiaí, e sua comparação frente aos demais municípios de mesma faixa populacional.

5 — Receitas Correntes

Receitas correntes são aquelas que apenas aumentam o patrimônio não duradouro do município, isto é, que se esgotam dentro do período anual. São os casos, por exemplo, das receitas dos impostos que, por se extinguirem no decurso da execução orçamentária, têm, por isso, de ser elaboradas todos os anos. Compreendem as receitas tributárias, patrimoniais, industriais e outras de natureza semelhante, bem como as provenientes de transferências correntes. Esta última categoria de receita tem como principais componentes o FPM e o ICMS.

A Tabela 6 apresenta a evolução e o comportamento da Receita Corrente nos 27 municípios brasileiros com população entre 300 mil e 400 mil habitantes e no Município de Jundiaí entre os exercícios de 2006 a 2010.

Enquanto os 27 municípios arrecadaram R\$ 14,6 bilhões no final de 2010 Jundiaí arrecadou R\$ 1,1 bilhão o que lhe conferiu a 3^a posição no *ranking*, entre os maiores geradores de recursos no final do último exercício.

Tabela 6 – Vinte e Sete Municípios e Município de Jundiaí – Arrecadação da Receita Corrente, Participação Relativa – Período: 2006-2010

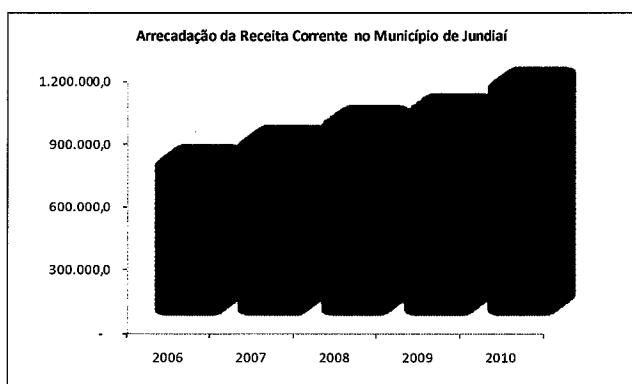
Ano	Receita Corrente		Part. Relativa
	27 Municípios	Jundiaí - SP	
2006	10.487.994,0	775.547,0	7,4%
2007	11.508.690,1	868.842,9	7,5%
2008	13.209.293,8	964.252,6	7,3%
2009	13.278.009,3	1.021.360,2	7,7%
2010	14.617.128,5	1.145.919,3	7,8%

Valores em R\$ Mil de dez./2010

Deflator: IPCA (IBGE)

Fonte: STN

O aumento de 39,4% nas receitas correntes entre 2006 e 2010 é resultado do expressivo avanço destas receitas nos 27 municípios relacionados. Neste contexto Jundiaí assistiu suas receitas aumentarem 47,8%, fazendo com que sua contribuição para geração de receita corrente encerrasse 2010 com 7,8%, conforme demonstrado na Tabela 6.



As receitas correntes têm participação preponderante na arrecadação municipal. Prova disso é que elas foram responsáveis por um volume médio de recursos da ordem de R\$ 955,2 milhões anuais no período analisado. No

Município de Jundiaí, o ICMS tem importante contribuição como se verá no decorrer deste diagnóstico.

6 — Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)

O Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) é um tributo de competência estadual e sua incidência ocorre sobre as operações relativas à circulação de mercadorias e à prestação de serviços de transporte e de comunicação e de energia elétrica.

Uma parcela da arrecadação permanece nos estados nos quais os bens e serviços são produzidos e tributados e a outra é destinada aos estados onde esses bens e serviços são vendidos. Algumas exceções, porém, são destacadas em lei, tais como o imposto incidente sobre petróleo, combustível e energia elétrica: nas operações interestaduais, quando esses produtos não são destinados à industrialização ou à comercialização, o imposto cabe ao Estado onde estiver localizado o seu adquirente.

O artigo 158, inciso IV, da Constituição Federal e legislações estaduais específicas definem as regras de distribuição do ICMS. Os governos estaduais repassam 25% de toda a sua arrecadação líquida do ICMS aos respectivos municípios. Segundo a Constituição, três quartos (75%), no mínimo, das transferências estaduais do imposto devem ser repartidos entre os municípios, segundo o valor adicionado de cada cidade. Os 25% restantes são distribuídos conforme critérios definidos por legislação específica de cada Estado.

7 — Transferências Correntes e Arrecadação do ICMS

As transferências correntes representam a principal fonte de receitas dos municípios. Prova disso é que no final do último exercício analisado 65,4% das receitas correntes dos vinte e sete municípios tiveram origem nessa categoria de receita.

Tabela 7 – Vinte e Sete Municípios e Município de Jundiaí – Transferências Correntes, Participação Relativa – Período: 2006-2010

Ano	Transferências Correntes		Part. Relativa
	27 Municípios	Jundiaí - SP	
2006	6.817.005,7	440.603,2	6,5%
2007	7.462.708,4	491.830,0	6,6%
2008	8.841.959,7	554.288,0	6,3%
2009	8.804.736,6	565.910,5	6,4%
2010	9.560.945,9	624.675,5	6,5%

Valores em R\$ Mil de dez./2010

Deflator: IPCA (IBGE)

Fonte: STN

O mesmo desempenho pode ser verificado no Município de Jundiaí, quando as transferências correntes representam mais de 50,0% das receitas durante todo o período analisado.

Nesse contexto a arrecadação do ICMS nos 27 municípios alcançou o total de R\$ 3,6 bilhões e teve participação relativa de 25,0% em relação às receitas correntes no final do último exercício, conforme demonstrado na Tabela 8.

Tabela 8 – Vinte e Sete Municípios – Receitas Correntes, Receitas do ICMS, Participação Relativa – Período: 2006-2010

Ano	27 Municípios		Part. Relativa
	Receitas Correntes	Receitas do ICMS	
2006	10.487.994,0	2.742.273,2	26,1%
2007	11.508.690,1	2.973.503,0	25,8%
2008	13.209.293,8	3.405.375,3	25,8%
2009	13.278.009,3	3.265.426,8	24,6%
2010	14.617.128,5	3.654.573,9	25,0%

Valores em R\$ Mil de dez./2010

Deflator: IPCA (IBGE)

Fonte: STN

Jundiaí não apresentou comportamento muito diferente. Os R\$ 356,0 milhões de ICMS arrecadados em 2010 foram superiores aos R\$ 241,5 milhões de 2006 em 47,4%, quando a participação relativa atingiu 31,1% das receitas correntes do município.

Tabela 9 – Jundiaí – Receitas Correntes, Receitas do ICMS, Participação Relativa – Período: 2006-2010

Ano	Jundiaí		Part. Relativa
	Receitas Correntes	Receitas do ICMS	
2006	775.547,0	241.530,3	31,1%
2007	868.842,9	265.992,2	30,6%
2008	964.252,6	300.688,5	31,2%
2009	1.021.360,2	307.463,4	30,1%
2010	1.145.919,3	355.908,3	31,1%

Valores em R\$ Mil de dez./2010

Deflator: IPCA (IBGE)

Fonte: STN

Na tabela de classificação, entre os 27 municípios brasileiros com população entre 300 mil e 400 mil habitantes, Jundiaí ocupa posição de destaque. Em 2010 foi a 3ª cidade a receber mais recursos do ICMS e também a 3ª com a maior receita corrente.

8 — ICMS *per capita*

O ICMS médio arrecadado por habitante, no ano de 2010, atingiu R\$ 392,09 nos 27 municípios, resultando em um aumento de 32,1% em relação aos R\$ 296,90 registrados em 2006.

O ICMS *per capita* de cada município é estimado pelo quociente entre o valor do imposto transferido ao município por sua população residente. Para a população, é utilizada a estimativa encaminhada pelo IBGE ao Tribunal de Contas da União (TCU).

Tabela 10 – Vinte e Sete Municípios e Jundiaí – ICMS *per capita* – Período: 2006-2010

Ano	ICMS <i>per capita</i>	
	27 Municípios	Jundiaí – SP
2006	296,90	692,82
2007	325,77	775,53
2008	365,09	864,70
2009	345,79	878,65
2010	392,09	961,59

Valores em R\$ de dez./2010

Deflator: IPCA (IBGE)

Fonte: STN/IBGE

Os 27 municípios abrigaram em 2010 uma população de 9,3 milhões de pessoas, contra 9,2 milhões em 2006, proporcionando um crescimento de apenas 0,9% em cinco anos.

Do ponto de vista populacional, Jundiaí cresceu mais. Foram 6,2% de aumento com a população passando dos 348.621 habitantes em 2006 para 370.126 habitantes em 2010, o que colocou o município como o 7º maior no ranking demográfico das vinte e sete cidades.

O ICMS *per capita* de Jundiaí também cresceu mais, além de ser muito superior à media apurada. Em 2006 o valor total do imposto, dividido pela população residente, resultou em R\$ 692,82 por habitante. Cinco anos depois, e 38,8% maior, o valor *per capita* encerrou 2010 com R\$ 961,59.

Importante ressaltar que mesmo com a crise estampada em 2009 o valor *per capita* do imposto no Município de Jundiaí aumentou 1,6%, enquanto o valor médio *per capita* dos 27 municípios, recuou 5,3%.

9 — Ranking Nacional 2010

O volume de transferências do ICMS atingiu o valor de R\$ 3,6 bilhões nos 27 municípios e representou 1,3% do total dos repasses realizados em 2010, em todo o território nacional.

Tabela 11 – Vinte e Sete Municípios – *Ranking* Nacional de Arrecadação do ICMS – 2010

MUNICÍPIO – ESTADO	RANKING NACIONAL DE ARR. DO ICMS – 2010
ANÁPOLIS - GO	83
BAURU - SP	74
BETIM - MG	7
BLUMENAU - SC	66
CAMPINA GRANDE - PB	103
CANOAS - RS	52
CARAPICUÍBA - SP	152
CARIACICA - ES	139
CARUARU - PE	176
CAUCAIA - CE	198
DIADEMA - SP	39
FRANCA - SP	115
ITAQUAQUECETUBA - SP	138
JUNDIAÍ - SP	20
MACAPÁ - AP	140
MARINGÁ - PR	129
MOGI DAS CRUZES - SP	72
MONTES CLAROS - MG	171
OLINDA - PE	166
PAULISTA - PE	224
PELOTAS - RS	162

MUNICÍPIO – ESTADO	RANKING NACIONAL DE ARR. DO ICMS – 2010
PIRACICABA - SP	43
PONTA GROSSA - PR	112
RIO BRANCO - AC	145
SÃO VICENTE - SP	169
VITÓRIA - ES	18
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA	243

Fonte: STN

Todas as 27 cidades se classificaram no *ranking* nacional de arrecadação do ICMS, nas primeiras 250 posições. Betim (MG) aparece na 7ª colocação na tabela nacional de classificação, seguida por Vitória (ES) na 18ª posição e Jundiaí (SP) em 20º lugar. Na outra ponta da tabela aparecem em ordem decrescente Vitória da Conquista (BA) na posição nº 243; Paulista (PE) em 224º lugar e Caucaia (CE) no 198º lugar.

Tabela 12 – *Ranking* entre os Nove Municípios do Estado de São Paulo na Arrecadação do ICMS – 2010

MUNICÍPIO – ESTADO	RANKING ENTRE OS NOVE MUNICÍPIOS – 2010
BAURU – SP	5
CARAPICUÍBA - SP	8
DIADEMA - SP	2
FRANCA - SP	6
ITAQUAQUECETUBA - SP	7
JUNDIAÍ - SP	1
MOGI DAS CRUZES - SP	4
PIRACICABA - SP	3
SÃO VICENTE - SP	9

Fonte: STN

Na lista das 27 cidades, nove delas estão localizadas no Estado de São Paulo, sendo que cinco ocupam lugares nas 100 primeiras posições no *ranking* nacional de arrecadação do ICMS, com Jundiaí se destacando na primeira colocação.

10 — Conclusão

É inegável a importância do ICMS para os municípios brasileiros, principalmente os médios e grandes. Em 2009, no auge da crise, a arrecadação do imposto entre todos os municípios atingiu R\$ 56,2 bilhões, valor 1,7% inferior aos R\$ 57,2 bilhões arrecadados em 2008. Em valores absolutos isso representou R\$ 963,3 milhões a menos para os cofres municipais. Sua importância se estende também ao volume arrecadado pelas cidades. No ano da crise, a queda na arrecadação, além de diminuir a importância relativa do imposto frente à receita corrente (19,8% em 2009 contra 20,5% em 2008), influenciou negativamente o crescimento das receitas que avançaram apenas 2,2%.

Passado o período de turbulência, o ano de 2010 foi encerrado com um volume arrecadado de R\$ 63,4 bilhões, valor 12,7% superior ao do ano anterior, crescendo também a relação do ICMS ante à receita corrente, que encerrou o exercício com 20,5% de participação.

Os 27 municípios, alvo deste diagnóstico e considerados como de grande porte segundo metodologia do IBGE, registraram comportamento semelhante. Em 2009, em meio à crise econômica o ICMS arrecadado por eles recuou 4,1% ou o equivalente a R\$ 140,0 milhões. Com isso a Receita desses municípios cresceu apenas 0,5%. No exercício seguinte, quando a crise já representava ameaça distante, o imposto voltou a crescer atingindo 11,9% no final de 2010. A receita corrente, impulsionada pelo aumento da transferência, aumentou 10,1%.

O Município de Jundiaí, mostrou-se avesso ao comportamento registrado e assistiu ao aumento de 2,3% no ICMS no ano de 2009, enquanto sua receita corrente cresceu 5,9%. É bem verdade que o imposto não é a única variável que influencia o crescimento das receitas municipais, mas com uma participação superior aos 30,0%, ele é sem dúvida preponderante.

Finalmente, no ano de 2010 as receitas correntes de Jundiaí aumentaram 12,2%, por conta principalmente do avanço de 15,8% nas transferências do ICMS.

11 — Notas Metodológicas

Todos os dados apresentados neste trabalho, à exceção do que estiver expressamente mencionado, foram atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com a finalidade de possibilitar a comparação entre os diversos exercícios. As correções foram feitas pelo IPCA médio de 2010, utilizando-se os multiplicadores abaixo.

Multiplicadores de correção de preços, com base na média anual do cálculo mensal do IPCA (Ano base 2010 = 1)

2006	2007	2008	2009	2010
1,20669057	1,16429447	1,10173469	1,05039052	1,00000000

Fonte de Dados

Para os dados fiscais, a principal fonte de informações utilizada foram os balanços anuais dos bancos de dados “Finanças do Brasil – Dados Contábeis dos Municípios”, referentes aos exercícios fiscais de 2006 a 2010, divulgados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

Entretanto, em determinados anos, A STN não publicou os dados de alguns municípios, porque eles não foram fornecidos pelas fontes oficiais, ou ainda havia problemas de consistência.

Número de municípios que apresentaram dados – Período: 2006-2010

Item/Ano	2006	2007	2008	2009	2010
Número de Municípios com Dados	5.424	5.235	5.050	5.332	5.212
Número de Municípios no Brasil	5.565	5.565	5.565	5.565	5.565
Participação no Total	97,5%	94,1%	90,7%	95,8%	93,7%

Fonte: STN

Outras fontes de informação do diagnóstico são o Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ) e a Comissão Técnica Permanente do ICMS (COTEPE/ICMS).

Vinte e Sete Municípios

Os 27 municípios analisados pelo diagnóstico possuem população entre 300 mil e 400 mil habitantes e estão distribuídos por 13 estados da federação, com São Paulo abarcando nove deles.

Estado	Nº de Municípios
Acre	1
Amapá	1
Bahia	1
Ceará	1
Espírito Santo	2
Goiás	1
Minas Gerais	2
Paraíba	1
Pernambuco	3
Paraná	2
Rio Grande do Sul	2
Santa Catarina	1
São Paulo	9
Total	27

Receitas Orçamentárias

Os dados das receitas orçamentárias foram apresentados já deduzidos os valores do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF), para o ano de 2006, e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) para os anos de 2007 a 2010.

12 — Anexos

Parte integrante deste diagnóstico os Quadros I a X, que demonstram a População, as Receitas Orçamentárias, Receitas Correntes, Transferências Correntes, Receitas do ICMS, ICMS *per capita* dos vinte e sete municípios brasileiros com população entre 300 mil e 400 mil habitantes além das Receitas do ICMS por Unidade da Federação, Receitas do ICMS por Regiões da Federação, , Transferência do ICMS Municipal por Unidade da Federação e Transferência do ICMS Municipal por Regiões da Federação.

QUADRO I

MUNICÍPIOS BRASILEIROS COM POPULAÇÃO ENTRE 300 MIL E 400 MIL HABITANTES

POPULAÇÃO

PERÍODO: 2006-2010

MUNICÍPIO/ANO	2006	2007	2008	2009	2010	Habitantes		
						Ranking 2010	Variação 2006-2010	Variação 2009-2010
ANÁPOLIS - GO	318.808	325.544	331.329	335.960	334.613	15	5,0%	-0,4%
BAURU - SP	356.680	347.601	355.675	359.429	343.937	13	-3,6%	-4,3%
BETIM - MG	407.003	415.098	429.507	441.748	378.089	5	-7,1%	-14,4%
BLUMENAU - SC	298.603	292.972	296.151	299.416	309.011	25	3,5%	3,2%
CAMPINA GRANDE - PB	379.871	371.060	381.422	383.764	385.213	4	1,4%	0,4%
CANOAS - RS	333.322	326.458	329.903	332.056	323.827	20	-2,8%	-2,5%
CARAPICUÍBA - SP	389.634	379.566	388.532	392.701	369.584	8	-5,1%	-5,9%
CARIACICA - ES	361.058	356.536	362.277	365.859	348.738	12	-3,4%	-4,7%
CARUARU - PE	283.152	289.086	294.558	298.501	314.912	23	11,2%	5,5%
CAUCAIA - CE	313.584	316.906	326.811	334.364	325.441	19	3,8%	-2,7%
DIADEMA - SP	395.333	386.779	394.266	397.738	386.089	3	-2,3%	-2,9%
FRANCA - SP	328.121	319.094	327.176	330.938	318.640	22	-2,9%	-3,7%
ITAQUAQUECETUBA - SP	352.755	334.914	351.493	359.253	321.770	21	-8,8%	-10,4%
JUNDIAÍ - SP	348.621	342.983	347.738	349.929	370.126	7	6,2%	5,8%
MACAPÁ - AP	368.367	344.194	359.020	366.484	398.204	1	8,1%	8,7%
MARINGÁ - PR	324.397	325.968	331.412	335.511	357.077	11	10,1%	6,4%
MOGI DAS CRUZES - SP	372.419	362.991	371.372	375.268	387.779	2	4,1%	3,3%
MONTES CLAROS - MG	348.991	352.384	358.271	363.227	361.915	10	3,7%	-0,4%
OLINDA - PE	387.494	391.433	394.850	397.268	377.779	6	-2,5%	-4,9%
PAULISTA - PE	299.744	307.284	314.302	319.373	300.466	27	0,2%	-5,9%
PELOTAS - RS	346.452	339.934	343.167	345.181	328.275	17	-5,2%	-4,9%
PIRACICABA - SP	366.442	358.108	365.440	368.843	364.571	9	-0,5%	-1,2%
PONTA GROSSA - PR	304.973	306.351	311.106	314.681	311.611	24	2,2%	-1,0%
RIO BRANCO - AC	314.127	288.614	301.398	305.954	336.038	14	7,0%	9,8%
SÃO VICENTE - SP	329.370	323.599	328.522	330.795	332.445	16	0,9%	0,5%
VITÓRIA - ES	317.085	314.042	317.817	320.156	327.801	18	3,4%	2,4%
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA	290.042	308.204	313.898	318.901	306.866	26	5,8%	-3,8%
TOTAL	9.236.448	9.127.703	9.327.413	9.443.298	9.320.817	..	0,9%	-1,3%

Fonte: IBGE

.. Não se aplica dado numérico

QUADRO II

MUNICÍPIOS BRASILEIROS COM POPULAÇÃO ENTRE 300 MIL E 400 MIL HABITANTES

RECEITA ORÇAMENTÁRIA

PERÍODO: 2006-2010

Valores (R\$ Mil Constantes dez./10)

MUNICÍPIO/ANO	2006	2007	2008	2009	2010	Ranking 2010	Variação 2006-2010	Variação 2009-2010
ANÁPOLIS - GO	290.068,6	332.761,7	431.032,7	448.100,5	482.924,9	12	66,5%	7,8%
BAURU - SP	389.078,9	465.951,0	542.569,5	576.670,4	616.372,5	10	58,4%	6,9%
BETIM - MG	847.109,6	844.184,8	1.009.497,3	986.610,6	1.099.226,2	2	29,8%	11,4%
BLUMENAU - SC	495.853,3	562.831,1	613.308,4	680.185,5	698.054,8	5	40,8%	2,6%
CAMPINA GRANDE - PB	337.642,4	327.362,9	395.554,5	445.557,6	461.636,2	13	36,7%	3,6%
CANOAS - RS	478.396,8	510.595,6	564.050,0	574.717,5	635.049,9	9	32,7%	10,5%
CARAPICÚBA - SP	212.361,7	201.124,9	232.215,9	222.023,7	253.231,6	26	19,2%	14,1%
CARIACICA - ES	223.796,7	267.217,8	305.218,4	303.705,8	342.482,6	21	53,0%	12,8%
CARUARU - PE	223.484,7	230.672,2	266.987,5	273.997,9	323.177,6	22	44,6%	17,9%
CAUCAIA - CE	232.796,9	241.168,3	306.383,5	297.421,4	322.026,4	24	38,3%	8,3%
DIADEMA - SP	545.127,5	506.134,0	689.572,2	581.855,9	687.062,5	6	26,0%	18,1%
FRANCA - SP	311.323,1	329.321,7	340.972,4	333.497,5	362.073,8	19	16,3%	8,6%
ITAQUAQUECETUBA - SP	222.825,2	244.782,2	288.465,8	275.919,9	322.886,6	23	44,9%	17,0%
JUNDIAÍ - SP	746.092,0	854.544,7	918.030,8	959.926,4	1.069.967,7	3	43,4%	11,5%
MACAPÁ - AP	285.112,4	321.248,0	362.667,4	376.982,8	392.335,1	16	37,6%	4,1%
MARINGÁ - PR	427.627,2	476.343,6	558.849,7	563.764,5	636.238,3	8	48,8%	12,9%
MOGI DAS CRUZES - SP	398.834,8	499.450,3	537.936,8	566.852,4	686.087,9	7	72,0%	21,0%
MONTES CLAROS - MG	316.751,1	397.886,5	438.619,6	401.149,0	427.739,3	15	35,0%	6,6%
OLINDA - PE	236.311,9	246.342,6	323.572,2	263.739,2	380.558,4	17	61,0%	44,3%
PAULISTA - PE	169.008,6	183.192,7	223.497,4	234.199,4	238.854,6	27	41,3%	2,0%
PELOTAS - RS	310.498,9	381.709,4	410.175,7	413.866,6	433.625,6	14	39,7%	4,8%
PIRACICABA - SP	546.293,7	591.503,0	685.074,4	736.050,9	840.825,2	4	53,9%	14,2%
PONTA GROSSA - PR	274.567,9	324.408,2	335.729,9	326.563,8	355.041,4	20	29,3%	8,7%
RIO BRANCO - AC	332.011,3	376.367,2	407.634,3	452.429,4	376.501,7	18	13,4%	-16,8%
SÃO VICENTE - SP	343.347,7	374.651,3	539.702,4	522.906,1	567.510,8	11	65,3%	8,5%
VITÓRIA - ES	921.405,0	1.098.587,3	1.207.139,6	1.133.357,4	1.222.426,3	1	32,7%	7,9%
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA	226.233,8	260.323,5	304.584,5	287.787,4	317.994,1	25	40,6%	10,5%
TOTAL	10.343.961,7	11.450.666,5	13.239.043,0	13.239.839,4	14.551.912,0	..	40,7%	9,9%

Fonte: STN

Deflator: IPCA (IBGE)

.. Não se aplica dado numérico

QUADRO III

MUNICÍPIOS BRASILEIROS COM POPULAÇÃO ENTRE 300 MIL E 400 MIL HABITANTES

RECEITA CORRENTE

PERÍODO: 2006-2010

Valores (R\$ Mil Constantes dez./10)

MUNICÍPIO/ANO	2006	2007	2008	2009	2010	Ranking 2010	Variação 2006-2010	Variação 2009-2010
ANÁPOLIS - GO	303.413,1	350.987,7	382.665,0	436.002,7	488.164,9	12	60,9%	12,0%
BAURU - SP	404.323,3	441.945,7	507.791,8	548.815,2	583.772,4	10	44,4%	6,4%
BETIM - MG	819.894,9	876.810,8	1.048.814,9	1.032.668,7	1.157.767,7	2	41,2%	12,1%
BLUMENAU - SC	496.361,7	540.031,0	608.098,1	668.852,7	695.639,4	6	40,1%	4,0%
CAMPINA GRANDE - PB	332.828,8	330.159,8	382.598,2	400.327,8	447.906,4	13	34,6%	11,9%
CANOAS - RS	514.385,5	517.668,4	564.679,2	574.341,4	627.808,9	7	22,1%	9,3%
CARAPICUÍBA - SP	186.977,9	204.156,1	226.843,1	239.072,3	265.814,7	26	42,2%	11,2%
CARIACICA - ES	228.173,4	271.159,7	306.647,6	297.060,1	353.863,8	20	55,1%	19,1%
CARUARU - PE	221.478,0	239.569,8	280.326,7	286.098,6	319.307,3	25	44,2%	11,6%
CAUCAIA - CE	224.473,5	247.080,0	302.622,7	310.854,1	323.880,8	24	44,3%	4,2%
DIADEMA - SP	524.291,7	535.475,9	709.309,3	627.730,7	745.579,8	5	42,2%	18,8%
FRANCA - SP	322.663,5	347.818,7	361.032,7	358.417,5	384.919,6	19	19,3%	7,4%
ITAQUAQUECETUBA - SP	224.670,7	250.938,7	282.438,2	281.723,2	327.487,3	23	45,8%	16,2%
JUNDIAÍ - SP	775.547,0	868.842,9	964.252,6	1.021.360,2	1.145.919,3	3	47,8%	12,2%
MACAPÁ - AP	300.676,1	322.062,5	390.184,2	404.616,4	414.507,0	16	37,9%	2,4%
MARINGÁ - PR	424.111,4	453.371,7	518.992,9	537.219,4	606.474,9	9	43,0%	12,9%
MOGI DAS CRUZES - SP	402.485,5	498.904,6	539.763,8	569.434,3	607.948,2	8	51,0%	6,8%
MONTES CLAROS - MG	310.662,8	354.370,7	396.256,9	394.787,8	436.666,7	14	40,6%	10,6%
OLINDA - PE	240.858,1	254.363,5	310.555,5	252.383,1	340.964,5	21	41,6%	35,1%
PAULISTA - PE	177.900,1	186.129,0	226.615,3	233.184,4	246.104,2	27	38,3%	5,5%
PELOTAS - RS	318.163,9	372.364,6	384.392,7	401.143,5	424.467,0	15	33,4%	5,8%
PIRACICABA - SP	557.404,9	619.036,8	716.989,2	747.391,4	836.720,8	4	50,1%	12,0%
PONTA GROSSA - PR	285.023,9	329.849,2	353.976,8	345.503,5	401.439,5	18	40,8%	16,2%
RIO BRANCO - AC	345.126,8	353.436,1	399.569,2	394.178,4	404.998,2	17	17,3%	2,7%
SÃO VICENTE - SP	344.270,2	363.301,5	507.258,0	491.250,5	519.880,2	11	51,0%	5,8%
VITÓRIA - ES	973.014,6	1.119.783,2	1.231.514,2	1.124.238,5	1.178.270,6	1	21,1%	4,8%
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA	228.812,6	259.071,8	305.105,2	299.353,0	330.854,4	22	44,6%	10,5%
TOTAL	10.487.994,0	11.508.690,1	13.209.293,8	13.278.009,3	14.617.128,5	..	39,4%	10,1%

Fonte: STN

Deflator: IPCA (IBGE)

.. Não se aplica dado numérico

QUADRO IV

MUNICÍPIOS BRASILEIROS COM POPULAÇÃO ENTRE 300 MIL E 400 MIL HABITANTES

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

PERÍODO: 2006-2010

Valores (R\$ Mil Constantes dez./10)

MUNICÍPIO/ANO	2006	2007	2008	2009	2010	Ranking 2010	Variação 2006-2010	Variação 2009-2010
ANÁPOLIS - GO	214.866,1	240.033,4	292.045,9	300.568,1	344.717,9	9	60,4%	14,7%
BAURU - SP	193.274,4	219.909,8	264.581,4	272.249,8	298.060,4	15	54,2%	9,5%
BETIM - MG	666.494,5	719.537,1	856.751,7	813.279,3	938.552,9	1	40,8%	15,4%
BLUMENAU - SC	260.400,2	286.808,0	348.279,1	393.682,2	392.921,4	7	50,9%	-0,2%
CAMPINA GRANDE - PB	250.780,7	260.593,7	309.249,0	321.222,4	356.372,3	8	42,1%	10,9%
CANOAS - RS	372.264,7	365.415,7	414.298,0	407.864,8	438.139,8	6	17,7%	7,4%
CARAPICUÍBA - SP	128.902,6	144.921,3	177.422,7	183.427,9	193.370,8	26	50,0%	5,4%
CARIACICA - ES	171.989,4	204.824,9	232.404,4	219.426,8	244.513,7	20	42,2%	11,4%
CARUARU - PE	160.283,8	172.456,7	207.759,8	210.686,9	229.014,2	24	42,9%	8,7%
CAUCAIA - CE	172.178,2	203.037,0	253.573,8	253.251,4	259.556,7	19	50,7%	2,5%
DIADEMA - SP	299.546,2	340.418,4	421.665,6	421.306,6	474.909,4	5	58,5%	12,7%
FRANCA - SP	207.423,7	217.016,4	223.958,6	224.727,1	243.510,3	21	17,4%	8,4%
ITAQUAQUECETUBA - SP	146.975,5	165.543,8	199.612,6	198.600,1	223.316,9	25	51,9%	12,4%
JUNDIAÍ - SP	440.603,2	491.830,0	554.288,0	565.910,5	624.675,5	3	41,8%	10,4%
MACAPÁ - AP	245.891,5	262.123,5	316.267,1	336.056,4	339.838,9	10	38,2%	1,1%
MARINGÁ - PR	230.839,3	252.877,3	294.645,8	312.972,8	333.428,9	13	44,4%	6,5%
MOGI DAS CRUZES - SP	235.313,0	261.328,9	300.396,9	318.350,4	333.548,6	12	41,7%	4,8%
MONTES CLAROS - MG	240.227,6	262.167,3	309.150,7	316.199,1	334.738,0	11	39,3%	5,9%
OLINDA - PE	153.031,7	169.442,1	211.152,1	167.502,5	233.959,2	23	52,9%	39,7%
PAULISTA - PE	134.393,1	145.961,1	180.034,7	180.362,5	184.197,7	27	37,1%	2,1%
PELOTAS - RS	205.825,1	221.392,5	253.670,3	263.393,2	276.150,9	17	34,2%	4,8%
PIRACICABA - SP	297.792,1	338.235,9	410.001,9	439.574,6	487.558,0	4	63,7%	10,9%
PONTA GROSSA - PR	201.905,7	204.087,4	232.657,8	218.675,2	239.543,3	22	18,6%	9,5%
RIO BRANCO - AC	257.966,0	261.324,3	302.047,7	293.958,9	288.893,5	16	12,0%	-1,7%
SÃO VICENTE - SP	188.811,9	197.641,8	275.398,9	272.283,6	300.284,0	14	59,0%	10,3%
VITÓRIA - ES	549.009,6	642.682,8	747.143,2	650.767,0	676.721,9	2	23,3%	4,0%
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA	190.016,0	211.097,2	253.501,9	248.436,4	270.450,5	18	42,3%	8,9%
TOTAL	6.817.005,7	7.462.708,4	8.841.959,7	8.804.736,6	9.560.945,9	..	40,3%	8,6%

Fonte: STN

Deflator: IPCA (IBGE)

.. Não se aplica dado numérico

QUADRO V

MUNICÍPIOS BRASILEIROS COM POPULAÇÃO ENTRE 300 MIL E 400 MIL HABITANTES

RECEITA DO ICMS

PERÍODO: 2006-2010

Valores (R\$ Mil Constantes dez./10)

MUNICÍPIO/ANO	2006	2007	2008	2009	2010	Ranking 2010	Variação 2006-2010	Variação 2009-2010
ANÁPOLIS - GO	61.851,9	68.669,9	85.757,2	86.582,8	115.799,7	10	87,2%	33,7%
BAURU - SP	86.049,8	90.920,7	107.605,7	104.693,6	121.733,3	9	41,5%	16,3%
BETIM - MG	456.416,9	501.492,4	580.373,4	555.547,2	661.621,4	1	45,0%	19,1%
BLUMENAU - SC	95.795,4	102.044,2	125.339,4	130.308,1	138.548,1	7	44,6%	6,3%
CAMPINA GRANDE - PB	62.442,8	61.141,6	67.793,6	78.202,2	92.206,7	11	47,7%	17,9%
CANOAS - RS	203.630,4	183.453,3	201.213,6	180.197,8	178.321,2	6	-12,4%	-1,0%
CARAPICUÍBA - SP	46.830,5	48.813,4	55.902,2	54.714,6	62.391,2	19	33,2%	14,0%
CARIACICA - ES	53.584,8	60.357,8	65.370,2	60.207,7	67.527,9	16	26,0%	12,2%
CARUARU - PE	39.385,7	41.890,6	44.341,7	46.760,5	55.152,4	24	40,0%	17,9%
CAUCAIA - CE	32.803,3	40.130,2	49.049,8	46.549,5	47.754,7	25	45,6%	2,6%
DIADEMA - SP	183.030,9	205.671,7	239.855,0	227.404,0	253.916,5	4	38,7%	11,7%
FRANCA - SP	68.748,9	74.106,5	82.534,2	76.767,2	83.790,2	13	21,9%	9,1%
ITAQUAQUECETUBA - SP	47.403,1	50.665,6	59.910,5	60.772,0	68.031,1	15	43,5%	11,9%
JUNDIAÍ - SP	241.530,3	265.992,2	300.688,5	307.463,4	355.908,3	3	47,4%	15,8%
MACAPÁ - AP	48.520,4	52.430,9	55.403,1	60.592,7	67.222,4	17	38,5%	10,9%
MARINGÁ - PR	59.407,7	63.599,9	73.680,1	72.580,5	74.293,9	14	25,1%	2,4%
MOGI DAS CRUZES - SP	113.874,1	120.357,7	133.646,1	130.407,5	126.166,9	8	10,8%	-3,3%
MONTES CLAROS - MG	48.396,9	51.651,7	61.235,9	51.819,4	56.632,5	23	17,0%	9,3%
OLINDA - PE	30.690,1	36.310,8	44.607,4	46.632,4	59.100,3	21	92,6%	26,7%
PAULISTA - PE	32.106,6	32.425,1	33.953,7	34.237,3	40.563,2	26	26,3%	18,5%
PELOTAS - RS	48.269,8	48.242,9	55.745,5	53.392,4	59.734,0	20	23,8%	11,9%
PIRACICABA - SP	154.395,8	162.137,0	187.507,2	192.747,7	228.653,2	5	48,1%	18,6%
PONTA GROSSA - PR	80.557,5	82.156,4	86.256,0	79.912,8	86.955,9	12	7,9%	8,8%
RIO BRANCO - AC	50.487,6	52.972,2	57.543,5	57.522,5	65.359,1	18	29,5%	13,6%
SÃO VICENTE - SP	45.750,6	45.582,6	50.979,2	50.010,1	57.178,9	22	25,0%	14,3%
VITÓRIA - ES	327.048,8	405.711,5	468.644,6	388.974,7	391.890,0	2	19,8%	0,7%
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA	23.262,5	24.574,1	30.438,2	30.426,3	38.120,8	27	63,9%	25,3%
TOTAL	2.742.273,2	2.973.503,0	3.405.375,3	3.265.426,8	3.654.573,9	..	33,3%	11,9%

Fonte: STN

Deflator: IPCA (IBGE)

.. Não se aplica dado numérico

UNIDADES DA FEDERAÇÃO

ARRECADAÇÃO DO ICMS

PERÍODO: 2006-2010

Valores (R\$ Mil Constantes dez./10)

ESTADO/ANO	2006	2007	2008	2009	2010	Ranking 2010	Variação 2006-2010	Variação 2009-2010
ACRE	435.499,5	456.236,9	441.015,6	450.849,7	581.480,0	25	33,5%	29,0%
ALAGOAS	1.546.156,8	1.632.175,5	1.778.587,6	1.782.528,5	2.080.200,0	21	34,5%	16,7%
AMAPÁ	347.367,6	364.935,3	389.074,3	438.966,6	487.382,0	26	40,3%	11,0%
AMAZONAS	4.054.036,3	4.321.907,7	5.089.568,1	4.599.505,7	5.555.220,0	12	37,0%	20,8%
BAHIA	10.382.579,3	9.885.583,1	11.280.177,8	10.653.943,0	12.142.989,0	6	17,0%	14,0%
CEARÁ	4.532.087,3	4.561.261,0	5.199.397,8	5.393.114,6	6.148.950,0	11	35,7%	14,0%
DISTRITO FEDERAL	4.001.907,2	4.027.312,0	4.350.818,6	4.207.687,9	4.600.669,0	16	15,0%	9,3%
ESPÍRITO SANTO	6.143.994,2	6.844.267,8	7.713.538,7	7.006.586,9	6.964.845,0	10	13,4%	-0,6%
GOIÁS	5.669.782,9	6.090.383,6	6.768.387,0	7.055.515,1	8.170.085,0	9	44,1%	15,8%
MARANHÃO	2.205.747,1	2.332.208,7	2.589.434,6	2.641.224,8	2.948.126,0	17	33,7%	11,6%
MATO GROSSO	4.219.397,5	4.525.337,8	5.218.148,2	5.268.889,1	5.336.867,0	13	26,5%	1,3%
MATO GROSSO DO SUL	3.631.894,9	4.075.743,2	8.094.348,9	4.494.351,1	4.641.114,0	15	27,8%	3,3%
MINAS GERAIS	20.535.516,9	22.509.541,4	25.576.006,2	23.474.964,4	27.187.513,0	2	32,4%	15,8%
PARÁ	3.992.055,8	4.269.436,4	4.607.556,9	4.758.401,4	5.175.262,0	14	29,6%	8,8%
PARAÍBA	1.849.598,4	1.953.586,0	2.123.431,7	2.206.774,9	2.525.758,0	19	36,6%	14,5%
PARANÁ	11.178.368,8	11.742.495,4	12.964.080,1	12.957.238,2	13.870.377,0	5	24,1%	7,0%
PERNAMBUCO	5.869.467,2	6.305.449,8	6.840.304,9	7.212.448,7	8.411.014,0	8	43,3%	16,6%
PIAUÍ	1.289.934,1	1.369.336,0	1.545.245,7	1.667.294,3	1.919.740,0	22	48,8%	15,1%
RIO DE JANEIRO	17.865.022,6	18.245.994,0	19.650.033,1	20.062.772,9	23.001.955,0	3	28,8%	14,6%
RIO GRANDE DO NORTE	2.309.053,1	2.335.846,0	2.486.047,8	2.539.314,9	2.842.084,0	18	23,1%	11,9%
RIO GRANDE DO SUL	14.254.996,6	14.271.554,9	16.333.386,4	15.846.896,2	17.893.313,0	4	25,5%	12,9%
RONDÔNIA	1.608.163,8	1.678.394,5	1.844.972,6	1.873.088,9	2.181.944,0	20	35,7%	16,5%
RORAIMA	267.152,8	313.379,2	331.361,0	368.668,2	410.892,0	27	53,8%	11,5%
SANTA CATARINA	7.443.814,7	7.943.545,7	8.751.810,2	8.958.110,6	10.366.271,0	7	39,3%	15,7%
SÃO PAULO	69.732.774,3	73.574.551,5	84.086.133,4	82.531.469,6	92.316.759,0	1	32,4%	11,9%
SERGIPE	1.383.646,9	1.401.985,2	1.477.045,0	1.503.766,4	1.851.549,0	23	33,8%	23,1%
TOCANTINS	871.562,4	917.967,0	1.008.862,9	985.408,1	1.120.113,0	24	28,5%	13,7%
TOTAL	207.621.579,0	217.950.415,7	248.538.775,3	240.939.780,5	270.732.471,0	..	30,4%	12,4%

Fonte: CONFAZ/COTEPE

Deflator: IPCA (IBGE)

.. Não se aplica dado numérico

QUADRO VII

REGIÕES DA FEDERAÇÃO

ARRECADAÇÃO DO ICMS

PERÍODO: 2006-2010

Valores (R\$ Mil Constantes dez./10)

REGIÃO/ANO	2006	2007	2008	2009	2010	Ranking 2010	Variação 2006-2010	Variação 2009-2010
NORTE	11.575.838,2	12.322.257,0	13.712.411,4	13.474.888,5	15.512.293,0	5	34,0%	15,1%
NORDESTE	31.368.270,2	31.777.431,3	35.319.672,9	35.600.410,0	40.870.410,0	3	30,3%	14,8%
SUDESTE	114.277.308,0	121.174.354,7	137.025.711,5	133.075.793,9	149.471.072,0	1	30,8%	12,3%
SUL	32.877.180,1	33.957.596,0	38.049.276,8	37.762.244,9	42.129.961,0	2	28,1%	11,6%
CENTRO-OESTE	17.522.982,5	18.718.776,7	24.431.702,7	21.026.443,2	22.748.735,0	4	29,8%	8,2%
TOTAL	207.621.579,0	217.950.415,7	248.538.775,3	240.939.780,5	270.732.471,0	..	30,4%	12,4%

Fonte: CONFAZ/COTEPE

Deflator: IPCA (IBGE)

.. Não se aplica dado numérico

QUADRO VIII

MUNICÍPIOS BRASILEIROS COM POPULAÇÃO ENTRE 300 MIL E 400 MIL HABITANTES

ICMS "PER CAPITA"

PERÍODO: 2006-2010

Valores (R\$ Constantes dez./10)

MUNICÍPIO/ANO	2006	2007	2008	2009	2010	Ranking 2010	Variação 2006-2010	Variação 2009-2010
ANÁPOLIS - GO	194,01	210,94	258,83	257,72	346,07	9	78,4%	34,3%
BAURU - SP	241,25	261,57	302,54	291,28	353,94	8	46,7%	21,5%
BETIM - MG	1.121,41	1.208,13	1.351,25	1.257,61	1.749,91	1	56,0%	39,1%
BLUMENAU - SC	320,81	348,31	423,23	435,21	448,36	7	39,8%	3,0%
CAMPINA GRANDE - PB	164,38	164,78	177,74	203,78	239,37	13	45,6%	17,5%
CANOAS - RS	610,91	561,95	609,92	542,67	550,67	6	-9,9%	1,5%
CARAPICUÍBA - SP	120,19	128,60	143,88	139,33	168,81	21	40,5%	21,2%
CARIACICA - ES	148,41	169,29	180,44	164,57	193,64	17	30,5%	17,7%
CARUARU - PE	139,10	144,91	150,54	156,65	175,14	19	25,9%	11,8%
CAUCAIA - CE	104,61	126,63	150,09	139,22	146,74	25	40,3%	5,4%
DIADEMA - SP	462,98	531,76	608,36	571,74	657,66	4	42,1%	15,0%
FRANCA - SP	209,52	232,24	252,26	231,97	262,96	12	25,5%	13,4%
ITAQUAQUECETUBA - SP	134,38	151,28	170,45	169,16	211,43	14	57,3%	25,0%
JUNDIAÍ - SP	692,82	775,53	864,70	878,65	961,59	3	38,8%	9,4%
MACAPÁ - AP	131,72	152,33	154,32	165,34	168,81	22	28,2%	2,1%
MARINGÁ - PR	183,13	195,11	222,32	216,33	208,06	15	13,6%	-3,8%
MOGI DAS CRUZES - SP	305,77	331,57	359,87	347,50	325,36	10	6,4%	-6,4%
MONTES CLAROS - MG	138,68	146,58	170,92	142,66	156,48	23	12,8%	9,7%
OLINDA - PE	79,20	92,76	112,97	117,38	156,44	24	97,5%	33,3%
PAULISTA - PE	107,11	105,52	108,03	107,20	135,00	26	26,0%	25,9%
PELOTAS - RS	139,33	141,92	162,44	154,68	181,96	18	30,6%	17,6%
PIRACICABA - SP	421,34	452,76	513,10	522,57	627,18	5	48,9%	20,0%
PONTA GROSSA - PR	264,15	268,18	277,26	253,95	279,05	11	5,6%	9,9%
RIO BRANCO - AC	160,72	183,54	190,92	188,01	194,50	16	21,0%	3,5%
SÃO VICENTE - SP	138,90	140,86	155,18	151,18	171,99	20	23,8%	13,8%
VITÓRIA - ES	1.031,42	1.291,90	1.474,57	1.214,95	1.195,51	2	15,9%	-1,6%
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA	80,20	79,73	96,97	95,41	124,23	27	54,9%	30,2%
TOTAL	296,90	325,77	365,09	345,79	392,09	..	32,1%	13,4%

Fonte: STN

Deflator: IPCA (IBGE)

.. Não se aplica dado numérico

QUADRO IX

UNIDADES DA FEDERAÇÃO

TRANSFERÊNCIA DO ICMS MUNICIPAL

PERÍODO: 2006-2010

Valores (R\$ Constantes dez./10)

ESTADO/ANO	2006	2007	2008	2009	2010	Ranking 2010	Variação 2006-2010	Variação 2009-2010
ACRE	108.874,9	114.059,2	110.253,9	112.712,4	145.370,0	25	33,5%	29,0%
ALAGOAS	386.539,2	408.043,9	444.646,9	445.632,1	520.050,0	21	34,5%	16,7%
AMAPÁ	86.841,9	91.233,8	97.268,6	109.741,7	121.845,5	26	40,3%	11,0%
AMAZONAS	1.013.509,1	1.080.476,9	1.272.392,0	1.149.876,4	1.388.805,0	12	37,0%	20,8%
BAHIA	2.595.644,8	2.471.395,8	2.820.044,5	2.663.485,7	3.035.747,3	6	17,0%	14,0%
CEARÁ	1.133.021,8	1.140.315,2	1.299.849,4	1.348.278,6	1.537.237,5	11	35,7%	14,0%
DISTRITO FEDERAL	1.000.476,8	1.006.828,0	1.087.704,6	1.051.922,0	1.150.167,3	16	15,0%	9,3%
ESPÍRITO SANTO	1.535.998,5	1.711.066,9	1.928.384,7	1.751.646,7	1.741.211,3	10	13,4%	-0,6%
GOIÁS	1.417.445,7	1.522.595,9	1.692.096,7	1.763.878,8	2.042.521,3	9	44,1%	15,8%
MARANHÃO	551.436,8	583.052,2	647.358,6	660.306,2	737.031,5	17	33,7%	11,6%
MATO GROSSO	1.054.849,4	1.131.334,5	1.304.537,1	1.317.222,3	1.334.216,8	13	26,5%	1,3%
MATO GROSSO DO SUL	907.973,7	1.018.935,8	2.023.587,2	1.123.587,8	1.160.278,5	15	27,8%	3,3%
MINAS GERAIS	5.133.879,2	5.627.385,3	6.394.001,6	5.868.741,1	6.796.878,3	2	32,4%	15,8%
PARÁ	998.014,0	1.067.359,1	1.151.889,2	1.189.600,3	1.293.815,5	14	29,6%	8,8%
PARAÍBA	462.399,6	488.396,5	530.857,9	551.693,7	631.439,5	19	36,6%	14,5%
PARANÁ	2.794.592,2	2.935.623,8	3.241.020,0	3.239.309,6	3.467.594,3	5	24,1%	7,0%
PERNAMBUCO	1.467.366,8	1.576.362,4	1.710.076,2	1.803.112,2	2.102.753,5	8	43,3%	16,6%
PIAUÍ	322.483,5	342.334,0	386.311,4	416.823,6	479.935,0	22	48,8%	15,1%
RIO DE JANEIRO	4.466.255,6	4.561.498,5	4.912.508,3	5.015.693,2	5.750.488,8	3	28,8%	14,6%
RIO GRANDE DO NORTE	577.263,3	583.961,5	621.512,0	634.828,7	710.521,0	18	23,1%	11,9%
RIO GRANDE DO SUL	3.563.749,1	3.567.888,7	4.083.346,6	3.961.724,0	4.473.328,3	4	25,5%	12,9%
RONDÔNIA	402.040,9	419.598,6	461.243,2	468.272,2	545.486,0	20	35,7%	16,5%
RORAIMA	66.788,2	78.344,8	82.840,3	92.167,0	102.723,0	27	53,8%	11,5%
SANTA CATARINA	1.860.953,7	1.985.886,4	2.187.952,5	2.239.527,6	2.591.567,8	7	39,3%	15,7%
SÃO PAULO	17.433.193,6	18.393.637,9	21.021.533,3	20.632.867,4	23.079.189,8	1	32,4%	11,9%
SERGIPE	345.911,7	350.496,3	369.261,3	375.941,6	462.887,3	23	33,8%	23,1%
TOCANTINS	217.890,6	229.491,8	252.215,7	246.352,0	280.028,3	24	28,5%	13,7%
TOTAL	51.905.394,8	54.487.603,9	62.134.693,8	60.234.945,1	67.683.117,8	..	30,4%	12,4%

Fonte: CONFAZ/COTEPE

Deflator: IPCA (IBGE)

.. Não se aplica dado numérico

QUADRO X**REGIÕES DA FEDERAÇÃO****TRANSFERÊNCIA DO ICMS MUNICIPAL****PERÍODO: 2006-2010**

REGIÃO/ANO	2006	2007	2008	2009	2010	Valores (R\$ Constantes dez./10)		
						Ranking 2010	Variação 2006-2010	Variação 2009-2010
NORTE	2.893.959,5	3.080.564,2	3.428.102,8	3.368.722,1	3.878.073,3	5	34,0%	15,1%
NORDESTE	7.842.067,6	7.944.357,8	8.829.918,2	8.900.102,5	10.217.602,5	3	30,3%	14,8%
SUDESTE	28.569.327,0	30.293.588,7	34.256.427,9	33.268.948,5	37.367.768,0	1	30,8%	12,3%
SUL	8.219.295,0	8.489.399,0	9.512.319,2	9.440.561,2	10.532.490,3	2	28,1%	11,6%
CENTRO-OESTE	4.380.745,6	4.679.694,2	6.107.925,7	5.256.610,8	5.687.183,8	4	29,8%	8,2%
TOTAL	51.905.394,8	54.487.603,9	62.134.693,8	60.234.945,1	67.683.117,8	..	30,4%	12,4%

Fonte: CONFAZ/COTEPE

Deflator: IPCA (IBGE)

.. Não se aplica dado numérico